

Por uma vida sem mediação: sobre a produção de diferença nas instituições culturais

Por una vida sin mediación: sobre la producción de diferencia en las instituciones culturales

For a life without mediation: on the production of difference in cultural institutions

Renata Monteiro Buelau¹

Lucia Maciel Barbosa de Oliveira²

Sebastian Alexi Wiedemann Caballero³

Resumo: A preocupação sobre a função social das instituições culturais é tema atual, no qual ganham destaque as noções de inclusão, acessibilidade, identidade e diversidade cultural. A despeito das contribuições dessas pautas para as dinâmicas socioculturais, pretende-se aventar seus limites, no desafio de recultivar nossas imaginações políticas. A tentativa é refletir sobre os interstícios nos quais, do encontro entre distintos modos de existência, a diferença acontece, favorecendo a invenção de mundos outros. São assumidas duas linhas para o pensamento: a reflexão sobre o conceito de diferença e a análise crítica sobre a ideia de mediação, num esforço de ir além de concepções humanistas e antropocêntricas, onde se poderia aspirar a uma vida plena de vivacidade e sem mediação.

Palavras-chave: Diferença; Mediação cultural; Imaginação política.

Resumen: La preocupación por la función social de las instituciones culturales es un tema actual, en el que cobran relevancia las nociones de inclusión, accesibilidad, identidad y diversidad cultural. A pesar de las contribuciones de estas agendas a las dinámicas socioculturales, se busca señalar sus límites en el desafío de recultivar nuestras imaginaciones políticas. La intención es reflexionar sobre los intersticios en los cuales, a partir del encuentro entre distintos modos de existencia, la diferencia ocurre, favoreciendo la invención de otros mundos. Se asumen dos líneas de pensamiento: la reflexión sobre el concepto de diferencia y el análisis crítico de la idea de mediación, en un esfuerzo por ir más allá de concepciones humanistas y antropocéntricas, donde se pueda aspirar a una vida plena de vivacidad y sin mediación.

Palabras claves: Diferencia; Mediación cultural; Imaginación política.

Abstract: The concern about the social function of cultural institutions is a current topic, in which the notions of inclusion, accessibility, identity, and cultural diversity gain prominence. Despite the contributions of these agendas to sociocultural dynamics, the aim is to point out their limits in the challenge of recultivate our political imaginations. The attempt is to reflect on the interstices where, through the encounter between different modes of existence, difference emerges, fostering the invention of other worlds. Two lines of thought are assumed: the reflection on the concept of difference and the critical analysis of the idea of mediation, in an effort to go beyond humanist and anthropocentric conceptions, where one might aspire to a life full of vivacity and without mediation.

Keywords: Difference; Cultural mediation; Political imagination.

¹ Universidade de São Paulo

² Universidade de São Paulo

³ Universidad Nacional de Colombia

Introdução

Em agosto de 2022 foi finalmente aprovada, na 26^a Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (Icom), a nova definição do que é um museu, que, a reboque das transformações sociais e das pautas dos direitos humanos, desloca seu foco acentuado nos processos de aquisição, conservação, investigação, comunicação e exposição, e incorpora o debate sobre a função social desses espaços. Essa mudança marca um importante passo em tempos de acirramento do conservadorismo, banalização da violência e constantes ataques à democracia. Em uma sociedade marcada pela supremacia de uma única visão de mundo, pautada pelo “regime antropo-falo-ego-logo-cêntrico da cultura moderna ocidental” (Rolnik, 2016, [n. p.]), é crucial que as instituições assumam suas posições na complexa trama política.

Posicionar-se como força de resistência diante de um mundo cada vez mais homogeneizante, que esconjura toda diferença, envolve afirmar e cultivar a multiplicidade de modos de existência e os encontros entre eles. Assim, no empenho em responder à evidente ausência das minorias nos espaços de decisão e participação da vida social, é comum ganharem destaque as noções de inclusão, acessibilidade, identidade e diversidade cultural. As discussões e ações daí decorrentes contribuem para a ampliação de acesso, participação, e para uma importante perturbação nas dinâmicas socioculturais - como é o caso da nova definição de museu, certamente mais conectada às urgências do nosso tempo. Avanços foram feitos, são feitos - apesar de isso ainda não ser uma realidade em qualquer lugar e de retrocessos ameaçarem cada vez mais tais conquistas.

Não se pode minimizar: há algo de revolucionário na presença desses corpos nos espaços da cidade e na arena pública, que perturba funcionamentos há muito azeitados, acostumados à assepsia e à previsibilidade cômodas à sensibilidade dominante e às lógicas institucionais conhecidas. A despeito de sua relevância, contudo, importa perguntar até onde essas conquistas e reconhecimentos no plano das políticas públicas e das regulamentações institucionais dão conta de promover uma mudança radical o suficiente para reconfigurar a ordem do discurso dominante e o jogo das dinâmicas de poder. Até que ponto essas pautas favorecem processos de diferenciação e até que ponto mimetizam funcionamentos estabelecidos? As reivindicações e lutas são legítimas sem dúvida, mas talvez comedidas em termos de imaginação política, em termos de promover uma mutação no plano sensível e fomentar outras maneiras de nos organizarmos enquanto sociedade.

Parte-se aqui de uma premissa: o mundo é tanto mais vivo e vivível quanto maior sua possibilidade de diferenciação. Essa apreensão se dá a partir do exercício de uma terapia ocupacional na assim nomeada interface artes, saúde e cultura, em ações que acontecem fora dos espaços tradicionais da saúde - rua, museus, espaços culturais, centros de convivência, projetos artísticos autônomos e comunitários, lutas políticas etc. - com populações em situação de vulnerabilidade em função de deficiências, sofrimento psíquico, questões clínicas gerais e/ou desvantagem socioeconômica. Ou, numa outra possibilidade de nomeação e leitura (advertida sobre o risco de minimizar precariedades), que assumem um modo de vida extemporâneo e desacertado à ordem vigente, tangenciando limites com outros corpos, gestos, tempos, línguas, poéticas, enfim. Vidas menos domesticadas, talvez, que, na mesma medida, afirmam a existência e defrontam o desaparecimento. Tênuo limite.

O contato e a convivência com essas formas de existência, em meio às precariedades e violências a que estão cotidianamente submetidas, mobiliza o desejo de fazer frente a essa realidade. Mais do que defender direitos, porém, o desafio que aqui se coloca é o de transversalizar a questão e ir além dos essencialismos, considerando a vinculação das categorias que usualmente utilizamos para conhecer e ordenar o mundo à lógica do Estado-nação, principal instância de governo sobre a vida. Seria, mais propriamente, tentar produzir fissuras nos modos de racionalidade e governamentalidade dominantes para afirmar a potência daquilo que desvia e inventa outras formas de habitar o planeta e de viver junto. Essa seria uma boa função social de uma instituição cultural hoje. Num mundo em colapso, é urgente cultivar outros futuros. Ou, talvez, outros presentes.

A causa do outro como figura política é, em primeiro lugar, isso mesmo: uma desidentificação em relação a uma determinada ideia de si próprio. É a produção de um povo que é diferente do povo que é visto, dito, contado pelo Estado, um povo definido pela manifestação de um dano provocado na constituição do comum, manifestação que constrói ela própria um outro espaço comunitário (Rancière, 2014a, p. 128).

Mas como favorecer esse tipo de encontro, essa capacidade conectiva-criativa, em uma sociedade cindida entre a repulsa eugenista, fascista, e a proliferação de identidades que tentam reivindicar um lugar próprio? O que significa produzir diferença? No contexto atual, parece questionável direcionar a crítica justamente às ações dedicadas a ampliar direitos de grupos historicamente colocados à parte dos processos sociais, sob o risco de enfraquecer resistências e de fornecer subsídios para discursos autoritários, eugenistas, excludentes e afins. Não obstante, parece ainda mais arriscado seguir no mesmo caminho das pedras, sem ousar habitar

as encruzilhadas e inventar outras saídas. Além disso, cabe pontuar, na esteira do pensamento de Foucault (2014), que as capturas já estão acontecendo e acontecem a todo tempo, inclusive com práticas bem-intencionadas voltadas à inclusão e à ampliação de direitos que, de maneira perturbadora, definem “presenças controladas” (Foucault, 2001, p. 57) e alimentam a manutenção do *status-quo*. Não se trata de promover generalizações, mas de reconhecer que não há um fora, uma posição de exterioridade em relação ao poder. E “há sempre a possibilidade de mudar as coisas” (Foucault, 2014, p. 268).

Diante da aporia em relação à importância de se defender direitos e o risco desses mesmos movimentos restringirem-se à mera exigência de tolerância e arrefecerem outras lutas, assegurando que tudo permaneça como está, Foucault (2014, p. 262), sugere darmos um passo adiante: “devemos não somente nos defender, mas também nos afirmar, e nos afirmar não somente enquanto identidades, mas enquanto força criativa”. Dessa forma, “o desafio maior que hoje se nos apresenta é, nessa direção, a desnaturalização do próprio sujeito como um universal — na acepção foucaultiana —, restando-nos um esforço monumental de pensamento em favor de modos disruptivos de interpelação de nosso presente” (Aquino; Ribeiro, 2022, p. 1592).

Este texto emerge de uma pesquisa de doutorado em processo, e quer exercitar um pensamento pelos limites: caminhar com o problema sem a prerrogativa de resolvê-lo. A tentativa é refletir sobre os interstícios nos quais, do encontro entre modos de existência, humanos ou “outros-que-humanos” (Moraes, 2020), a diferença acontece, um transbordamento se manifesta, em momentos nos quais o previsível se abre para o acaso e favorece a invenção de mundos outros. A discussão é voltada, mais especificamente, para as experiências que tentam pensar essa problemática no âmbito das instituições culturais, a partir do (des)encontro com figuras que não costumam chegar nesses espaços. São assumidas duas linhas de força que ajudam a movimentar o pensamento, tentando ir além das concepções humanistas e antropocêntricas para apreender os processos do mundo: a reflexão sobre o conceito de diferença, em contraste com as noções de diversidade e identidade; e a análise crítica sobre a ideia de mediação, num esforço de imaginar formas de composição entre mundos que passem menos por um trabalho de mediação, como uma função que se interpõe entre unidades supostas, e mais pela compreensão da interconexão imanente de tudo e todos e, portanto, por posições assumidas, decisões implicadas, envolvidas, no corpo-a-corpo, em composição e corresponsabilidade.

Não se pretende representar a realidade, mas contribuir com sua mutação, participar da construção de um plano coletivo de forças. Do ponto de vista das estratégias metodológicas, caminha-se em sintonia com certas perspectivas críticas da Ciência da Informação, que partem da constatação de que os processos de produção, sistematização e circulação do conhecimento não são isentos ou destacados das dinâmicas culturais, sendo premente assinalar suas vinculações a mecanismos colonizantes. Gutiérrez (2013), frente a essa realidade, sugere operarmos por estratégias de “desclassificação”, com o propósito de evitar a erradicação de saberes menores ou periféricos que as categorias usualmente utilizadas para conhecer e ordenar o mundo costumam promover.

A desclassificação propõe a reabilitação de antigos valores banidos pelo pensamento hegemônico como a estética, a incerteza, a provisoriação, a retórica ou a contradição para obter uma organização emancipatória e autonarrativa do conhecimento, rompendo os limites da matriz cognitiva que sustenta o projeto epistêmico ocidental, agora exponencialmente impulsionado pela digitalidade (Gutiérrez, 2013, p. 93, tradução nossa)⁴.

A escrita, ao assumir a forma de ensaio, também se configura como um dispositivo metodológico. Canclini (2020) entende que a força do ensaio está em sua condição de não obliterar a dúvida e sustentar a forma vacilante de tentar compreender os processos do mundo. “O ensaio é esse modo de apresentar o saber que o mantém aberto, um tipo de conhecimento que inclui a retificação” (p. 137). Na forma vacilante do ensaio, é chave “a palavra [que] une o rastro visível com o invisível, com a coisa ausente, com a coisa desejada e temida, como frágil ponte improvisada estendida sobre o vazio (p. 142)”.

Da diversidade à diferença

No âmbito das instituições culturais, as tentativas de reconfigurar seu papel social em direção contra-colonial, passam, entre outras coisas, por repensar sua forma de inscrição no território da cidade, a constituição de seus acervos, as políticas curatoriais, suas implicações com as dinâmicas culturais e sua relação com o assim nomeado “público”. No que tange a este último ponto, no intuito de responder às mudanças assumidas na nova definição de museu e

⁴ Do original: “La desclasificación propone la rehabilitación de viejos valores desterrados por el pensamiento hegemónico como la estética, la incertidumbre, la provisionalidad, la retórica o la contradicción con el fin de obtener una organización del conocimiento emancipante y autonarrativa quebrando los límites de la matriz cognitiva que sustenta el proyecto epistémico occidental, ahora exponencialmente impulsado por la digitalidad”.

pensá-lo como um dispositivo de produção de encontro e diferença, cabe pensar: quem frequenta as instituições? Quem não frequenta, e por que não frequenta? Qual é o papel da instituição cultural a este respeito e o quanto ela está efetivamente aberta? Ou, mais radicalmente: seria o caso de criar as pontes para que as pessoas entrem, ou repensar as próprias instituições - sua reconfiguração, sua abertura e, no limite, seu desmanchamento?

O compromisso em criar condições mais propícias para a chegada daqueles que não costumam chegar, reflete-se na proposição de ações tais como o uso de recursos táteis e multissensoriais, a contratação de educadores especializados, o estabelecimento de parcerias com outras instituições (da saúde, da assistência social, entre outras), formações para profissionais que atuam no campo e para os que trabalham dentro da própria instituição – ações estas geralmente delegadas aos núcleos educativos e, muitas vezes, a subnúcleos específicos dentro do setor educativo, aos quais cabe a função de planejar ações específicas para essas populações, muitas vezes sem grandes envolvimentos por parte da curadoria das exposições ou da gestão institucional. O que se observa, em geral, é um movimento muito unidirecional, da instituição para as pessoas, e uma recepção ainda bastante referenciada na oferta de lugares exclusivos – especiais – para essas populações.

Mais uma vez, cabe ressaltar: todas essas ações são importantes, válidas e necessárias. Não se pretende desqualificá-las, de forma alguma. Mas pretende-se, sim, correr o risco de aventar suas possíveis linhas de reificação e captura, não para criar oposições (ou isto ou aquilo), mas para ficarmos mais atentos e ousarmos ir além. Talvez, mais precisamente, a intenção seria menos destrinchar seus limites, à revelia de suas potências, e mais imaginar “que tipos de instituições devemos começar a instaurar com a finalidade não somente de defendê-nos, mas também de criar novas formas sociais que constituirão uma solução efetiva⁵”; ou pensar que “o que está em jogo [...] é a questão de saber o que é uma forma desejável de vida e não a natureza das instituições que a subjugam” (Comitê Invisível, 2016, p. 58).

As estratégias acima mencionadas - que, naturalmente, são apenas um pedaço daquilo que vem sendo feito e experimentado -, de alguma maneira acentuam e validam as categorias existentes para nos relacionarmos com as pessoas em suas estrangeiridades: diagnósticos, raças, etnias, classes sociais... Não pretende-se negar a realidade de tal ou qual condição, muito menos suas implicações concretas na vida de cada um; tampouco as demandas de apoio, cuidado, compensação e adaptação que elas porventura possam apresentar. No entanto, na linha da

⁵ Pergunta que B. Gallagher e A. Wilson dirigem a Foucault na entrevista intitulada “Sexo, poder e a política da identidade” (Foucault, 2014, p. 274).

desclassificação proposta por Gutiérrez (2013), o que acontece ao recordarmos que as categorias são invenções situadas política, histórica e culturalmente? Deixar de tomar as categorias como dadas, olhando-as ingenuamente, não significa, necessariamente, dispensá-las, jogá-las no lixo. A ficcionalização do mundo está sempre posta, mas aqui ela quer ser assumida, num difícil exercício de ver o que não vemos, de ver além daquilo que estamos acostumados a ver.

A desclassificação propõe “uma visão tão dinâmica quanto desconfortável, pois os objetos teriam que ser tão permanentemente sacudidos em sua quietude quanto os sujeitos que os observam enganosamente”⁶ (Gutiérrez, 2013, p. 97, tradução nossa). Dentro de uma mesma situação há linhas de transformação, linhas dogmáticas, linhas de esgarçamento... As categorias identitárias - que, cabe dizer, em alguns casos correspondem a diagnósticos médicos - , além de produzirem pertencimento e viabilizarem o acesso a direitos e o andamento das lutas por um mundo mais igualitário, também funcionam como uma instância de mediação. Mediação do encontro, da vida, do outro, do “devir-outro-do-que-si-mesmo-e-do-que-o-Outro” (Pelbart, 2018, [n. p.]). Ou seja, o que se costuma chamar de diferença é, na realidade, o diverso - um rol de possibilidades delimitadas e dadas *a priori*, que antecipam e circunscrevem nossa forma de relação com o outro. A variedade de categorias inventadas que tentam dar conta, sem nunca conseguir, da infinidade de modos de existência, da multiplicidade selvagem em constante movimento que é o vivo.

Como indaga Calvino (1990, p. 138), "quem somos nós, quem é cada um de nós senão uma combinatória de experiências, de informações, de leituras, de imaginações?" Se somos toda essa multidão, em constante movimento e conexão com o meio em que vivemos, o que precisamos abstrair para conseguir dizer “eu”? E, inversamente, quais os efeitos de ampliarmos nossa compreensão de nós mesmos para além da noção de sujeito? A inclinação pelo conceito de “diferença”, neste ensaio, não é ocasional. Não por uma suposta originalidade, claro, mas talvez porque ainda não tenhamos insistido o suficiente...

O conceito de diferença rompe com binarismos e oposições, pois fala de algo que recusa a unidade e está sempre em movimento: deslocamentos que permitem passagens de um mundo a outro, individualizações sem sujeito: *hecceidades* (Deleuze; Guattari, 1995, p. 8). A diferença assim pensada, seria antes o que em mim pode diferir de mim mesmo do que o diferente de mim. Não há posições localizáveis. Ou, talvez mais precisamente, a diferença emerge do

⁶ Do original: “una visión tan dinámica como incómoda ya que los objetos habrían de ser tan permanentemente sacudidos en su quietud como los sujetos que engañosamente los observan”.

agenciamento de pré-individualidades e, por isso, atravessa o sujeito e o transforma incessantemente. Diferença é aquilo que escapa e faz escapar - o descabimento.

Eduardo Viveiros de Castro (2002), conversando com Deleuze e Guattari para pensar o trabalho do antropólogo com seu “objeto” de estudo, o suposto “nativo”, fala sobre a noção de Outrem, que, justamente, não designa nem um objeto, nem um sujeito; e o que sobrevém de mais encantador dessa ideia é que “o invisível para mim subsiste como real por sua visibilidade para outrem”, assim, “a ausência de outrem acarreta a desaparição da categoria do possível”. Inversamente, sua presença é, portanto, a própria “possibilidade de que haja ponto de vista” (Viveiros de Castro, 2002, p. 118). É possível criar condições de possibilidade para este tipo de encontro, o encontro com Outrem, que é a diferença, no contexto das instituições culturais?

A interação que se dá pela via do reconhecimento da diversidade, ainda que afirmando o respeito à pluralidade de modos de vida, mesmo que indeliberadamente, não deixa de carregar um discurso colonizador e categorizante sobre o outro desde um ponto de vista do sujeito, o que limita a possibilidade de relação com Outrem e deixa intacta toda a estrutura em torno da qual a questão se coloca, ou seja, esse modo de relação a partir da categorização do vivo e as instituições que se ocupam de organizar - governar - nossos modos de vida. O acento, nestes casos, é dado na “identidade própria” (Foucault, 2014, p. 265), o que condiciona nossas ações e confina nossa imaginação: “É justo porque o antropólogo toma o nativo muito facilmente por um outro sujeito que ele não consegue vê-lo como um sujeito outro, como uma figura de Outrem que, antes de ser sujeito ou objeto, é a expressão de um mundo possível” (Viveiros de Castro, 2002, p. 117).

Se uma parte relevante das experiências que uma instituição cultural deveria mobilizar tem a ver com agenciar encontros, no sentido forte da palavra; para além de encontros entre pessoas em suas realidades diversas, significaria, então, encontros com essas dimensões impessoais, pré-individuais – encontrar a virtualidade, a insistência daquilo que não é dado, daquilo que pode ser e ainda não é, um reservatório infinito de possibilidades. Algo disso parece ressoar, em alguma medida, com a proposição de Homi Bhabha (2013) sobre o Terceiro Espaço, espaço intersticial onde a produção de sentido é possível. Nele, o que se apreende não são os sujeitos, mas a encenação performativa dos sujeitos.

O discurso é endereçado a um outro, mas esse outro é na verdade um horizonte de possibilidades. O destinador procura alcançá-lo, trazê-lo para sua órbita [Barthes, 2002], mas ele sempre será um espaço, uma virtualidade, ou uma força que modifica e remodela a todo instante o próprio discurso do destinador. Aqui [...] não é possível um diálogo entre o destinador e o

destinatário, o próprio discurso se transforma em um espaço intersticial em que a diferença aparece como um processo, como um drama ou como um jogo em que as posições dos sujeitos estão sempre em movimento, impedindo qualquer tipo de cristalização identitária (Rodrigues, 2011, p. 13).

Mais do que compreender o conceito, entretanto, importa deixar-se atravessar pela concretude da vida, em seus desafios e impasses cotidianos. É aí que se impõe a pergunta pelo como. Que artesania dos encontros seria essa, capaz de abrir espaço para uma hospitalidade ao devir, ao movimento da vida, que alarga a categoria do possível neste mundo em colapso? Como captar e favorecer “a abertura do previsível ao acaso” (Canclini, 2020, p. 143)? É possível conceber uma prática institucional que esteja menos voltada para sua própria manutenção e mais comprometida com as forças instituintes, produtoras de diferença? Como cultivar esquivas, resistências e invenções para pensar, enfim, o que poderia ser uma política necessária e desejável hoje?

Mediação?

Atualmente, a ideia de mediação é bastante presente para dizer do trabalho que se coloca entre o público ou um determinado território e as instituições culturais. Muitas coisas interessantes acontecem a partir dessa operação, mas, se o desafio a que esta reflexão se propõe tem a ver com indagar as categorias que costumamos utilizar para favorecer a produção de diferença e a invenção de outros mundos, tensionando ou transmutando o paradoxo instituído-instituiente em nossos modos de vida coletiva, cabe analisar criticamente a ideia de mediação enquanto tal, indagando sua validade para pensar as dinâmicas socioculturais contemporâneas.

As reflexões que aqui se tecem, desenvolvem-se em conversa com outros pensamentos já pensados. Cayo Honorato (2009, p. 59), por exemplo, pergunta “o que nos assegura que o público não está muito bem sem arte?” Nesse exercício crítico, ele convoca a mediação cultural a sair de uma relação unilateral (para o público) e transformar-se na relação com o público, “evidenciando seus próprios interesses e contradições” (Honorato, 2009, p. 54) e assumindo dimensão crítica e política. Suas reflexões desdobram-se na proposição da mediação extra institucional, uma mediação que atravessa a instituição, que acontece para além da instituição e diz menos respeito a uma “transformação cognitiva” dos seus visitantes do que “a uma transformação radical das próprias instituições” (Honorato, 2015, p. 219).

Em um texto-conversa, ele e Mônica Hoff (2018) falam da mediação como dissenso, que seria uma espécie de “*desencuentro point*”, o ponto em que o encontro acontece, “mas por

divergência, desarmonia, diferença, dissidência, desacordo, disparidade, contradição” (p. 172). Encontrar é também não encontrar. É manter o espaço, a distância, a possibilidade de que haja ar. É uma operação de resistência ao excesso de transparência e exposição da sociedade capitalista neoliberal, que constantemente convoca-nos a um processo de “diferenciação” para sermos sempre os mesmos.

Encontros, portanto, não são pensados desde um viés harmonioso, com idealizações humanistas. Caminha-se na companhia daqueles que conjecturam a comunidade como “o compartilhamento de uma separação dada pela singularidade”. Nas palavras de Pelbart,

A comunidade tem por condição precisamente a heterogeneidade, a pluralidade, a distância. [...] Se a comunidade é o contrário da sociedade, não é porque seria o espaço de uma intimidade que a sociedade destruiu, mas quase o contrário, porque ela é o espaço de uma distância que a sociedade, no seu movimento de totalização, não pára de esconjurar (Pelbart, 2023, p. 92-93).

Desde estas perspectivas, portanto, há um importante posicionamento: mediação cultural não se resume a um posto de trabalho, e tampouco significa “facultar o acesso a bens culturais já reconhecidos e legitimados como tais” (Nota..., 2018, p.5). Trata-se, mais amplamente, de uma prática ético-política, coletiva e transversal por definição, que se debruça sobre problemáticas da relação entre culturas e suas produções.

[...] a mediação da arte não é, nem nunca foi, (só) sobre obras de arte e processos autorreferentes do campo da arte, mas sobre tomar partido das coisas. Ou seja, agir politicamente e produzir conhecimento; conhecimento este que é irregular, enviesado, social, político, cultural e, em alguma medida, também estético e/ou artístico (Hoff; Honorato, 2018, p. 168).

Há uma tentativa de caracterizar a mediação como prática localizada entre poderes instituídos e movimentos instituintes capaz de garantir “o dinamismo das intrigas” (Sztutman, 2021, p. 14) e favorecer outras maneiras de ocupar e reinventar os espaços públicos e comuns, especialmente aqueles do campo cultural. Contudo, diante do esgarçamento da lógica de pensar o mundo em categorias separadas, e do esforço em abrir mão da categoria de um sujeito ontológico para pensar o encontro entre modos de existência, o que acontece com a noção de mediação? Se indagamos as estruturas, não parece fazer sentido algo que se coloca no meio. No meio de quê?

Por uma vida sem mediação

No esforço em esboçar imagens dessa prática de mediação, ou agenciamento, com o cuidado de não a tomar como generalizável e já caminhando para sua transmutação, pode-se pensar que esse agenciar é sempre maquinico, direcionado aos estratos (a forma, o indivíduo) mas também a um “corpo sem órgãos”, essa intensidade que não para de desfazer aquilo que se conforma (Deleuze; Guattari, 1995). Rigorosamente, significa menos recusar as estruturas, e mais não se render ao campo do já dado, pois “a fixidez é sempre uma convenção ou ilusão necessária, ao invés de uma verdade profunda” (Williams, 2012, p. 44).

Se não podemos prescindir das estruturas, e das instituições, é também através delas, ainda que muitas vezes passando por seu desfazimento, que é possível produzir desvios e forjar novas maneiras de habitar o mundo. Para Agamben,

[...] o problema aqui é que devemos superar a falsa alternativa entre poder constituinte e poder constituído, entre a violência que instala o direito e a violência que o conserva. Porém, precisamente por isso me parece que não se trata tanto de ‘instituir’ e de ‘articular’, como de destruir e desarticular. Em geral, em nossa cultura o homem tem sido pensado sempre com a articulação e a conjunção dos princípios opostos: uma alma e um corpo, a linguagem e a vida, nesse caso um elemento político e um elemento vivente. Devemos, ao contrário, aprender a pensar o homem como aquele que resulta da desconexão desses dois elementos e investigar não o mistério metafísico da conjunção, mas o mistério prático e político da separação (Agamben, 2006, p. 134).

Seguindo tal direção, um preceito se coloca: desacreditar o caráter ontológico das estruturas e categorias (o Estado, as leis, as instituições, o sujeito) e, simultaneamente, experimentar suas combinações, seus usos técnicos, táticos, páticos⁷, a cada situação, buscando o que resta dessa desconjunção - a diferença, o acontecimento. Seria esta uma pista para se pensar o trabalho das instituições culturais hoje?

Para Rancière (2014b), a tarefa que se impõe aos tempos em que vivemos tem a ver com construir outras formas de vida. Ao que parece, essa construção passa antes de mais nada por uma desconstrução, um distanciamento e desfazimento dos estratos que a civilização ocidental moderna erigiu, e que hoje se nos apresentam tão estabelecidos e incorporados aos nossos modos de vida, frequentemente limitando nossa possibilidade de imaginar diferentemente.

⁷ “O pático diz respeito a fragmentos em conexão, em agenciamento, não somados nem fundidos, mas que exercem forças que ora se acoplam, ora se chocam. Um modo de conhecimento que se dá nos interstícios, nos intervalos de um combate” (p. 933). Ver em: Erika Alvarez Inforsato. Adaptação e simpatia: trajetórias críticas na clínica. **Revista Interface - comunicação, saúde e educação.** v. 15, n. 38, p. 929-36, jul./set. 2011.

Compreensões e experiências vindas de outras cosmologias, não antropocêntricas, ou mesmo do campo das ciências naturais - nas quais a vida é composição entre diferenças, sem propriedade privada e não destacada de seu meio -, nos chegam hoje como uma advertência em um mundo cada vez mais adepto à monocultura e ao individualismo. Como permitir que essas concepções tenham incidência em nossos modos de habitar o planeta? “Como a ideia de que a vida é selvagem poderia incidir sobre a produção do pensamento urbanístico hoje? É uma convocatória a uma rebelião do ponto de vista epistemológico, de colaborar com a produção da vida” (Krenak, 2022, p. 32-33).

Retomando a conversa sobre mediação, a filósofa canadense Erin Manning (2023, [n. p.]) também considera que a mediação irremediavelmente supõe um ser pré-estabelecido das coisas, e tenta vislumbrar intervenções políticas que emergem “da experiência sensível de estar em contato com uma matéria-mundo”⁸. Ela diz: “nada de mediação, nada de algo que entre para analisar os termos existentes, mas sim imediação, a testemunha/acompanhante do tempo, do corpo em processo/formação”.

A tentativa a que este ensaio se propõe aponta para esta direção. A questão não se pretende resolvida, o pensamento segue seu curso, imerso em conceitos e imagens que tentam ampliar os caminhos para se pensar o encontro entre modos de existência sem sobrecodificá-los através de categorias preestabelecidas, sem sufocar o nascimento da diferença antes mesmo que ela possa se esboçar. Nesse plano de consistência, ao invés de mediar instâncias supostamente dadas, às instituições culturais caberia assumir seu lugar no co-engendramento do mundo, operando como espaços germinativos e instituintes, estabelecendo outras maneiras “de criar valores e de avaliar o que importa e o que não importa” (Pelbart, 2018, [n. p.]).

Como propôs Jerá Guarani (2020), “seria importante fazer antropologia na cultura de vocês [...] para concluir e dizer aos *Juruá* para se tornarem selvagens, para que se tornem pessoas não civilizadas”. Para Deleuze (2002, p. 10), “há algo de selvagem e potente num [...] empirismo transcendental”, no qual os acontecimentos e singularidades apenas se atualizam nos sujeitos e nos objetos, mas tudo isso ocorre num plano de imanência. “Dir-se-á que a pura imanência é UMA VIDA, nada mais [...] Uma vida é a imanência da imanência, a imanência absoluta: ela é potência e beatitude completas” (p. 12).

Pouco a pouco, no desenrolar desta escrita, aquilo que parecia imprescindível para pensar uma prática empenhada em favorecer o encontro entre modos de existência - a mediação

⁸ Trecho da nota introdutória feita pela equipe da Glac Edições ao texto “Em Direção a uma Política da Imediação” de Erin Manning (2023).

- vai perdendo sua pregnância. O “meio” deixa progressivamente de ser um espaço entre instâncias para tornar-se ele mesmo o espaço envolvente, o interstício, o ambiente, o ecossistema, onde só se pode estar dentro, implicado, enredado, em conexão. Uma vida como imanência é uma vida sem mediação, de abertura radical para o encontro com o mundo. É importante apropriar-se disso como algo político, em que, a partir daquilo que é vivido no dia-a-dia, em seus comunismos espontâneos, seja possível criar uma imagem, (e praticar) outra forma de viver.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. Entrevista com Giorgio Agamben. Entrevista concedida a Flavia Costa. **Rev. Dep. Psicol. UFF**, Niterói, v.18, n. 1, p.131-136, jan. /jun. 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232006000100011. Acesso em: 20 jul. 2013.

AQUINO, Julio Groppa; RIBEIRO, Cintya Regina. O cuidado de si na pesquisa educacional brasileira: uma noção-problema. **Educação e Filosofia**, v. 36, p. 1553-1601, 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v36n78a2022-66204>. Acesso em: 25.fev.2025.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Trad. M. Ávila, E. L. Lima Reis, G. R. Gonçalves, 2. ed, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

CALVINO, Italo. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANCLINI, Néstor García. **O Mundo inteiro como lugar estranho**. Trad. L. F. Locoselli. São Paulo: EDUSP, 2020.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos Nossos Amigos**: crise e insurreição. Trad. Edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016.

DELEUZE, Gilles. A imanência, uma vida... *In: Educação & Realidade*. v. 27, n. 2, p. 10-18, jul./dez. 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol.1. Trad. A. Guerra Neto e C. P. Costa. Rio de Janeiro: ed.34, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. *In: FOUCAULT, M. Ditos e escritos IX*: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade, 2014. p. 251-263.

GUARANI, Jera. Tornar-se selvagem. **Piseagrama**, n. 14, p. 12-19, jul. 2020.

GUTIÉRREZ, Antonio García. La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial: itinerarios de la paraconsistencia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 4, p. 93-111, out.-dez. 2013. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1758>. Acesso em: 26 set. 2022.

HOFF, Mônica; HONORATO, Cayo. Mediação não é representação: uma conversa. In: CERVETTO, R.; LÓPEZ, M. A. (org.). **Agite antes de usar:** deslocamentos educativos, sociais e artísticos na América Latina. Trad. J. F. Sabino. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2018, p.165-181.

HONORATO, Cayo. Mediação na arte contemporânea: posições entre sistemas de valores adversos. **Marcelina: Revista do Mestrado em Artes Visuais da Faculdade Santa Marcelina.** v. 3, n. 3, p. 52-68, 2009.

HONORATO, Cayo. Mediação extra-institucional. **Museologia e Interdisciplinaridade**, v. 1, n. 6, p. 205-220, mar./abr., 2015.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MANNING, Erin. Em direção a uma política da imediação. **GLAC**, Conteúdo, 17 agosto de 2023. Trad. S. Wiedemann. Disponível em: <https://www.glaedicoes.com/post/em-direcao-a-uma-politica-da-imediacao-erin-manning>. Acesso em: 02 fev. 2025.

MORAES, Alana. Política como práticas de experimentação. **Jornal Nossa Voz**, n. 1020, [n. p.], 2020. Disponível em:
https://www.academia.edu/43606343/Poli_tica_como_pra_tica_de_experimentac_a_o. Acesso em: 31 jan. 2025.

NOTA à edição brasileira. In: CERVETTO, R.; LÓPEZ, M. A. (org.). **Agite antes de usar:** deslocamentos educativos, sociais e artísticos na América Latina. Trad. J. F. Sabino. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2018, p. 5.

PELBART, Peter Pál. **Ensaio sobre a assombração nacional.** 2018. Disponível em:
<https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2018/02/07/por-que-um-golpe-atras-do-outro/>. Acesso em 27 fev. 2025.

PELBART, Peter Pál. Elementos para uma cartografia da grupalidade. **Revista Concinnitas**, [S. l.], v. 23, n. 44, p. 85-99, 2023. DOI: 10.12957/concinnitas.2022.67437. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/concinnitas/article/view/67437>. Acesso em: 14 fev. 2025.

RANCIÈRE, Jacques. A causa do outro. In: RANCIÈRE, J. **Nas margens do político.** Lisboa: KKYM, 2014a, p. 123-133.

RANCIÈRE, Jacques. Em que tempo vivemos? **Serrote.** Instituto Moreira Salles, n. 16, p. 203-222, mar. 2014b.

RODRIGUES, Lucilo Antonio. A diferença cultural em Bhabha e os desafios da teoria da literatura no século XXI. **REVELL - Rev. de Estudos Literários da UEMS**, ano 2, v. 2, n. 3, p. 10-21, dez., 2011.

ROLNIK, Suely. Entrevista com Suely Rolnik: a hora da micropolítica. **Portal Geledés**, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/entrevista-com-suely-rolnik-a-hora-da-micropolitica/>. Acesso em: 11/02/2025.

SZTUTMAN, Renato. Prefácio: garantizar a política, dançar a política. In: SANTOS, L. K (org.). **A esquiva do xondaro:** movimento e ação política Guarani Mbya. São Paulo: Elefante, 2021. p. 13-25.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

WILLIAMS, James. Introdução: o que é o pós-estruturalismo? In: WILLIAMS, J. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012, p. 13-45.

Sobre as autoras e o autor

Renata Monteiro Buelau: graduada em terapia ocupacional [Universidade de São Paulo], tem Mestrado em Estética e História da Arte [Universidade de São Paulo] e é doutoranda em Ciência da Informação [Universidade de São Paulo]. É técnica-terapeuta ocupacional e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Produção de Subjetividade, Arte, Corpo e Terapia Ocupacional (PACTO-USP) e pesquisadora do ColabCult - Grupo de Pesquisa em Política e Ação Cultural. Possui prática clínica e de ensino/supervisão em terapia ocupacional e acompanhamento terapêutico, atuando especialmente no campo de interface das artes, da saúde e da cultura, com ênfase nos temas: arte, corpo e terapia ocupacional; saúde mental; políticas culturais; intervenção social; atividades humanas; mediação cultural e arte-educação.

E-mail: renatabuelau@usp.br

Lucia Maciel Barbosa de Oliveira: graduada e licenciada em História [Universidade de São Paulo], tem Mestrado em Ciências da Comunicação [Universidade de São Paulo] e Doutorado em Ciência da Informação [Universidade de São Paulo]. É professora e pesquisadora na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de cultura, política e ação cultural, e na interface entre cultura e informação. Trabalha no campo das políticas culturais e das dinâmicas culturais contemporâneas. Foi diretora do Centro MariAntonia e pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados da USP. Coordena o ColabCult - Grupo de Pesquisa em Política e Ação Cultural.

E-mail: lumbol@usp.br

Sebastian Alexi Wiedemann Caballero: graduado em Artes Audiovisuais e Estudos Cinematográficos (Universidad del Cine - Argentina), tem Mestrado em Estudos Contemporâneos das Artes (Universidade Federal Fluminense) e Doutorado em Educação (Universidade Estadual de Campinas). É Professor Assistente da Universidad Nacional de Colombia, com pesquisa nos seguintes temas: Práticas Artísticas, Pedagógicas e de Cuidado; Cine Experimental; Humanidades Ambientais; Pluralismo ontológico-epistemológico (pensamentos afro-indígenas) e filosofia contemporânea (pragmatismo especulativo). É membro da Red Estudios Latinoamericanos Deleuze y Guattari (REELDG) e da Red de Estudios de la Cultura Visual Abya Yala, na qual coordena o Nodo de Pesquisa-criação e Ecologia de Práticas e o Lab a-PTSE (Laboratório articulador de Práticas Transdisciplinares, Sensíveis e Ecológicas).

E-mail: swiedemann@unal.edu.co

Recebido em: 01 mar. 2025

Aprovado em: 09 jul. 2025